

Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
15 de setembro de 2017 - Nº 583 - www.sindipetrocaxias.org.br



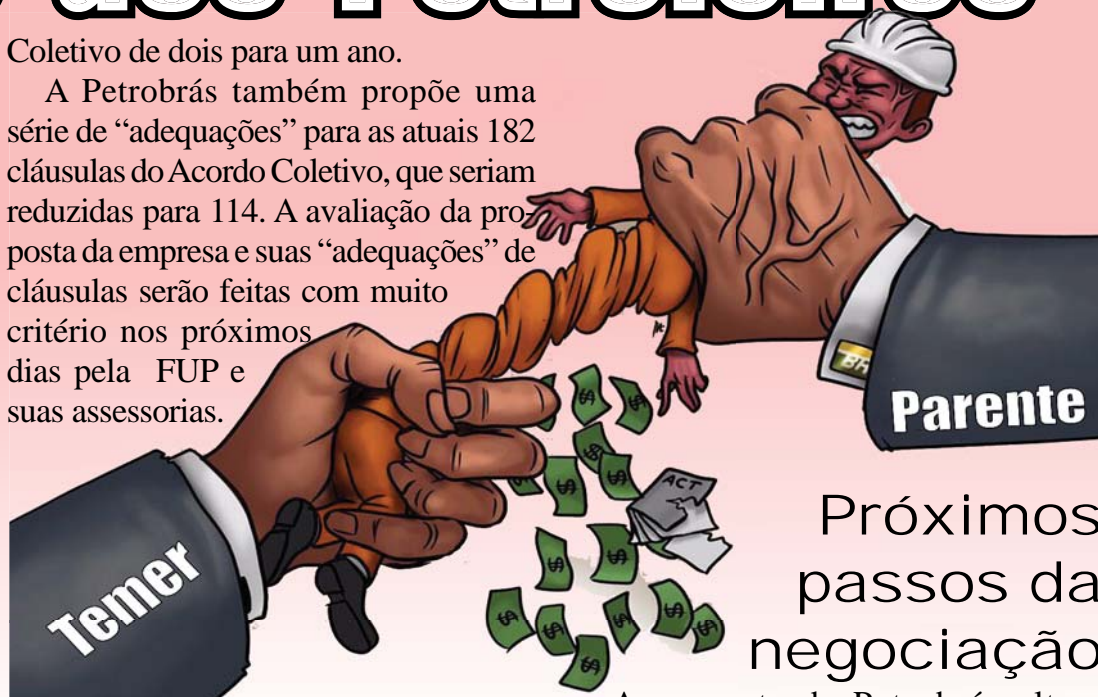
Parente quer reduzir direitos dos Petroleiros

A proposta de Acordo Coletivo apresentada pela Petrobrás e pela Transpetro nesta quinta-feira, 14, reduz uma série de direitos conquistados pela FUP e seus sindicatos ao longo dos últimos anos. A empresa propõe o fim do auxílio almoço, da Gratificação de Campo Terrestre, do Adicional do Estado do Amazonas, do Benefício Farmácia, do Programa Jovem Universitário, da promoção por antiguidade de Pleno para Senior nos cargos de Nível Médio, além da redução das remunerações da hora extra, da dobradinha, da troca de turno e da gratificação de férias.

Além disso, a Petrobrás suas subsidiárias alteram a vigência do Acordo

Coletivo de dois para um ano.

A Petrobrás também propõe uma série de “adequações” para as atuais 182 cláusulas do Acordo Coletivo, que seriam reduzidas para 114. A avaliação da proposta da empresa e suas “adequações” de cláusulas serão feitas com muito critério nos próximos dias pela FUP e suas assessorias.



Próximos passos da negociação

A proposta da Petrobrás altera profundamente o Acordo Coletivo e a relação de trabalho com a empresa. As assessorias jurídica e econômica da FUP estão analisando minuciosamente o seu conteúdo.

A FUP solicitou à Petrobrás reuniões no dia 19 e 21 para apresentar a Pauta pelo Brasil, com eixos de luta que alterem os rumos da empresa para que volte a ser pública e integrada, com foco no desenvolvimento nacional e para defender a Pauta da categoria com nenhum direito a menos.

No dia seguinte, 22, os sindicatos filiados à Federação vão estar reunidos no Conselho Deliberativo, no Rio de Janeiro para traçar os rumos da campanha.

Principais pontos da proposta da Petrobrás:

- Reajuste salarial de 1,73% no salário básico e na RMNR
- 0% de reajuste para os Benefícios Educacionais
- Redução de 50% para as Horas Extras e dobradinhas (extra-turno)
- Redução do pagamento das horas da troca de turno. O pagamento será limitado a 15 minutos. Se o tempo for de até 10 minutos, não será mais remunerado.
- Fim do recebimento do auxílio almoço no contracheque. A empresa propõe a migração obrigatória para o Vale Refeição/Vale Alimentação
- O valor do Auxílio Almoço não será mais considerado no cálculo da Gratificação de Férias e do 13º
- Reajuste de 34% para a tabela de Grande Risco da AMS
- Fim da Gratificação de Campo Terrestre
- Fim do Adicional do Estado do Amazonas
- Fim do Benefício Farmácia, que será substituído por um programa de acesso limitado e com restrição de medicamentos
- Fim do Programa Jovem Universitário
- Implantação de uma nova modalidade de redução da jornada de trabalho do regime administrativo, de cinco para quatro dias semanais com redução de 20% da remuneração
- Redução da gratificação de férias, que passará a ser remunerada em 1/3. Os 2/3 restantes serão pagos em forma de abono
- Fim da promoção por antiguidade de Pleno para Sênior nos cargos de nível médio
- Alteração dos indicadores que compõem a metodologia do regramento para pagamento da PLR



Sindipetro Caxias convoca setoriais

Está mais do que claro que o desmonte do ACT está alinhado com a desintegração e privatização estatal. E os gestores ainda têm a seu favor a

contrarreforma trabalhista.

Esta campanha exigirá de cada petroleiro e petroleira participação efetiva nas mobilizações e decisões no

decorrer das negociações com a empresa. Por isso, é fundamental que os trabalhadores participem das setoriais que ocorrerão nos próximos dias.

Equacionamento do PP-1 não resolve os problemas estruturais do plano

O Conselho Deliberativo da Petros aprovou no dia 12, o equacionamento do Plano Petros-1 pelo teto, impondo aos participantes e assistidos a conta de problemas estruturais que são de responsabilidade exclusiva dos gestores, como o Sindipetro Caxias e a FUP vêm denunciando há anos.

Os conselheiros eleitos contestaram os valores apresentados pela Petros e tentaram negociar o equacionamento

pelo valor mínimo nominal, cobrando a identificação e segregação dos déficits que foram gerados por políticas de gestão das patrocinadoras. Os representantes da Fundação e da Petrobrás, no entanto, preferiram sangrar os petroleiros, mantendo o equacionamento pelo valor máximo, R\$ 22,6 bilhões, corrigido até dezembro de 2017, o que significará cerca de R\$ 27,7 bilhões.

De acordo com a FUP, o Plano

Petros-1 precisa de novos aportes financeiros, mas isso deve ser feito de forma que penalize o mínimo possível os participantes e assistidos.

O Sindipetro Caxias continuará lutando pelos direitos dos participantes e assistidos do PP-1, como sempre fez, de forma responsável, para garantir uma solução, como foi na durante a repactuação e o AOR, que deu uma importante sobrevida ao plano.

FUP cobra auditoria do déficit da PETROS

No dia 1/09, a Federação Única dos Petroleiros entrou com uma interpelação judicial, questionando a diretoria e o Conselho Deliberativo da Petros sobre o equacionamento do Plano Petros-1.

A origem e valores dos fatores geradores desse déficit devem ser identificados para que os participantes e assistidos sejam impactados o menos possível na parte da conta que lhes é de responsa-

bilidade. É fundamental, também, que o equacionamento leve em consideração as submassas de repactuados e os não repactuados. Veja a íntegra da ação na página do sindicato.

Transpetro esconde armadilha em sua proposta de ACT

Não bastassem as condições rebaixadas contidas na proposta da Petrobrás, a TRANSPETRO esconde uma armadilha em sua primeira.

Ocorre que ela estende o Adicional de Gasodutos, conquistado com muita luta pelos trabalhadores da malha, com o nome de Adicional Técnico de Dutos, porém exclui os técnicos de segurança do trabalho, estes que são os responsáveis técnicos pela segurança em todas as atividades no trecho.

No item 6, letra C, condiciona o adicional ao atendimento de sobreaviso e na letra D, condiciona também o adicional a condução de veículos entre suas bases para realização das atividades.

Pelo último concurso realizado pela TRANSPETRO em que a maioria dos técnicos foram admitidos, os técnicos

de segurança tinham como pré-requisito de admissão, a portabilidade da CNH, onde não fora exigido de outros técnicos.

ENTENDA A HISTÓRIA

No início das atividades da expansão das malhas de gasodutos pelo país, a TRANSPETRO iludia os técnicos novos com carros, celulares e horário flexível, onde em muito pouco tempo, começaram os problemas de segurança com excesso de acidentes e assaltos a trabalhadores, devido a exposição e fadiga desses profissionais.

O Sindipetro Caxias atuou no ano de 2009 para banir esta prática em sua base, e com muita luta dos trabalhadores conseguiu que os técnicos não mais dirigissem em deslocamento ao trabalho.

Infelizmente outros trabalhadores pelo Brasil não tiveram o mesmo empenho e a empresa continuou com a prática ameaçando retirar este adicional caso parassem de dirigir.

Agora, nesta conjuntura golpista, a empresa investe pesado na retirada deste benefício vital a segurança dos trabalhadores, vale lembrar que um gerente faleceu este ano após se deslocar dirigindo a uma das UTEs de sua responsabilidade.

O Sindipetro Caxias pede que os trabalhadores que ainda não ganham este adicional, que não caiam neste canto da sereia, pois caso ocorra, em pouco tempo trabalhadores irão se acidentarem no deslocamento ao trabalho e, como prega a empresa, ficarão sem os bons momentos de suas vidas.

Sindicato participa de Seminário sobre efetivos

Os diretores do Sindipetro Caxias junto da assessoria jurídica estiveram em Curitiba, no dia 12, para participar do seminário nacional organizado pela FUP para discutir estratégias de enfrentamento à redução dos efetivos no Sistema Petrobrás. O evento faz parte do plano de lutas aprovado no XVII Confup.

O desmonte dos efetivos da empresa faz parte do processo de privatização e foi ampliado com a saída em massa dos petroleiros que aderiram aos últimos PIDVs, sem que houvesse reposição dos postos de trabalho. A situação se agravou com o estudo de Organização e Métodos de Trabalho (O&M), que está sendo implantado nas refinarias, sem qualquer debate com os sindicatos ou sequer análises de risco.

O objetivo do seminário é debater os impactos da redução dos efetivos e as ações sindicais e jurídicas para contrapor esse desmonte, que está transformando as refinarias em fábricas de acidentes, pavimentando o caminho para a privatização das unidades. A doutora Leda Leal, pesquisadora aposentada da Fundacentro, que tem uma vasta experiência em processos de produção e segurança do trabalho na indústria de petróleo, criticou duramente o estudo da Petrobrás. “Esse



método está errado, do ponto de vista técnico e acadêmico. Qualquer proposta para efetivos tem que passar obrigatoriamente pela conversa com o trabalhador. Essa é uma questão que está no centro da organização do trabalho de uma empresa. Definir quem faz o quê”, afirmou.

O técnico do Dieese e assessor da FUP, Cloviomar Cararine, fez uma exposição sobre as mudanças no setor refino e os impactos para o país e os trabalhadores. Ele destacou que o próprio Plano de Negócios e Gestão da Petrobrás para o período 2017-2021 anuncia a estratégia da atual diretoria de reduzir a participação da empresa no setor de refino, o que já vem ocorrendo. Na contramão dos principais produtores de petróleo, o Brasil vem diminuindo drasticamente o refino e aumentando as importações de derivados. Apesar de o país ter o oitavo maior parque de refino do mundo e o quinto maior mercado, a gestão

da Petrobrás reduziu a carga de produção das refinarias, que estão atuando com 72% de sua capacidade, beneficiando as importadoras de combustíveis.

Um dos encaminhamentos é a realização de uma ampla campanha de conscientização sobre os efeitos e impactos da redução de efetivos, buscando envolver os trabalhadores nessa luta. Foi também definido que as estratégias de mobilizações debatidas serão incorporadas ao calendário de luta da campanha reivindicatória. Além disso, a FUP e seus sindicatos continuarão acompanhando as ações jurídicas em andamento para barrar o O&M.

Semana Jurídica Trabalhista

Nesta segunda-feira, dia 18, começa o plantão trabalhista das 11:00h às 16:00h. Os petroleiros da REDUC, TECAM e UTE poderão tirar as dúvidas quanto à reforma trabalhista, processos em andamento e ainda questões sobre o não retorno depois da dobra.

Os atendimentos serão no Arco da REDUC, nos dias 18, 19 e 20 de setembro. Levem os documentos necessários para consulta.

Acordo de trocas tem que ser viabilizado

O Sindipetro Caxias está propondo à REDUC o retorno do Acordo de Trocas para os trabalhadores em Regime de Turno de Revezamento. A base do acordo era 5 trocas por mês, com ciência do supervisor. Para quem estuda, seriam 6 por mês. Para ultrapassar este número, deveria ter autorização do gerente ou supervisor.

Agora, após o golpe, a troca só está sendo facultada aos supervisores, interinos de supervisores e auxiliares de supervisores. A gerência proibiu as trocas dos demais trabalhadores.

Esta situação está impactando a vida dos trabalhadores que não podem mais estudar ou ter suas relações sociais. Sendo assim, durante esta campanha salarial o sindicato estará apresentando a proposta de acordo regional para regularizar esta situação.

Este acordo foi assinado no dia 1 de setembro de 2010 entre o Sindicato e a Gerência

Geral da REDUC e versa sobre procedimento de troca de horário de turno por interesse do

trabalhador e o pagamento de horas extras realizada na REDUC. Leia o acordo:

Apresentado pelo Sindipetro Caxias histórico das alterações Informadas desde o final de semana passado sobre as questões de trocas de horários por Interesse dos trabalhadores do turno pelos gerentes, coordenadores e supervisores.

A REDUC informou que as trocas de horário de turno por interesse do trabalhador obedecem os seguintes critérios:

- Não são permitidas trocas de horários pelos empregados que gerem quebra do interstício mínimo de 11 horas, conforme preconiza a CLT;
- Não são permitidas trocas que gerem dobras por quebra de interstício mínimo;
- A troca de horário por interesse do trabalhador devem ser solicitadas por escrito conforme previsto no Parágrafo Único da Cláusula 22ª do ACT em vigor;
“Parágrafo único – A Companhia e os Sindicatos acordam que as dobras de turno por interesse dos empregados, devem ser solicitadas por escrito pelos mesmos, autorizadas pela gerência imediata e devidamente registradas no sistema de frequência, não sendo objeto do pagamento de que trata o caput desta cláusula.”
- Na REDUC, no momento da autorização pela supervisão/gerência deverão ser definidas as datas e horários das trocas, sendo que o controle deverá ser efetuado pela Gerência Setorial/Supervisão que ficarão responsáveis pelo encaminhamento de cópias destas solicitações a REDUC/RH para arquivo;
- São permitidas, no máximo 5 (cinco) trocas de turno por empregado em cada mês. No caso dos empregados que estudam, esse limite poderá ser flexibilizado para até 6 (seis) trocas;
- Para aprovação das trocas de horário, o supervisor e/ou gerente setorial deverá observar a composição da turma na Unidade/Área em, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seu efetivo titular;
- Casos não previstos serão objetos de gestão dos supervisores/gerentes.

Os representantes do Sindipetro Caxias apresentaram a questão sobre o pagamento das horas extras realizadas pelos trabalhadores que não vem sendo codificadas no SAP para pagamento. A REDUC se compromete a verificar as pendências e corrigir os desvios, efetuando o pagamento das horas extras realizadas, respeitando o Acordo Coletivo de Trabalho.

SUBNOTIFICAÇÃO DE ACIDENTES: a hipocrisia dos médicos e gerentes da REDUC

O registro de acidentes é uma pedra no sapato dos empregadores. Isso porque quando uma empresa tem um determinado número de acidentes registrados, incide um percentual sobre a folha salarial como forma de punição por oferecer aos trabalhadores um ambiente perigoso.

Na primeira reunião de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho realizada no dia 14, a Petrobrás apresentou como uma de suas prioridades para se reerguer a redução de acidentes de trabalho. Não se deve acreditar que seja por preocupação com a saúde dos trabalhadores, mas sim por simples redução de custos.

A Petrobrás sabe que a política de SMS praticada é ineficiente e dificilmente diminuirá os acidentes ocorridos na REDUC. Aliás, os números demonstram que os acidentes só vêm aumentando a cada mês na refinaria, resultado da precarização e da redução irresponsável do efetivo das unidades operacionais.

A saída para os gestores é a subnotificação. Com ela menos acidentes são registrados e assim não comprometem

os indicadores da empresa. A REDUC parece ter aderido a esta prática, tentando não registrar os acidentes.

Foi assim no acidente com a TO que teve o dedo amputado durante um procedimento na refinaria. A gerência da REDUC, através do presidente da CIPA, tentou esconder o acidente dizendo aos empregados que não havia acontecido nenhum acidente industrial e que a trabalhadora foi ao hospital apenas fazer exames complementares. Todos sabem que foi encaminhada para um procedimento cirúrgico de reparo do dedo. Outro exemplo foi a tentativa de esconder o acidente com o TO que sofreu uma queda na área, sendo encaminhado para o REDUC D'OR (novo departamento médico da refinaria), a intervenção do Sindicato fez gerar a CAT, mas os médicos colocaram sem afastamento. Mais uma vez o Sindicato reclama e sai finalmente a CAT com afastamento.

O Sindipetro Caxias está atento ao registro dos acidentes ocorridos. Pedimos

a todos que informem ao Sindicato caso tenham conhecimento de algum acidente no qual a gerência esteja assediando o trabalhador para não registrar a ocorrência. O Sindipetro Caxias luta para que os trabalhadores não sofram acidentes, mas que isso corresponda à realidade, não que seja fruto de subnotificações.

REDUC D'OR: médicos sem escrúpulos

Em outro acidente, ocorrido com um TO, no dia 11/09. Após queda em canaleta, o operador foi ao SESAO e depois encaminhado de carro ao hospital REDUC D'OR. Após a radiografia, o médico não deu atestado ao trabalhador, pois o médico da REDUC disse que iria resolver. Conclusão foi emitida CAT sem afastamento. A vítima está em casa e o afastamento é fraudado através de “abonos gerenciais”.

Em caso de acidente, após serem atendidos no REDUC D'OR, procurem um hospital onde os médicos não estejam submetidos ao poder econômico da Petrobrás e denunciem ao Sindicato.

Sindicato na luta em defesa dos trabalhadores

O Sindipetro Caxias esteve no Paraná dia 13/09 para participar de dois atos políticos em defesa dos direitos e da democracia.

Na parte da manhã, os diretores estiveram na entrada da Fafen-PR, na cidade de Araucária, para o ato unificado dos petroleiros e petroquímicos do paraná. A manifestação foi motivada pelo anúncio feito pela Petrobrás na segunda-feira (11) sobre o início do processo competitivo para venda da Araucária Nitrogenados (Fafen-PR) e da UFN-III. A comercialização dessas

duas unidades significa a saída da estatal do setor de fertilizantes. Sendo que a venda será feita em conjunto e o preço dos ativos da Fafen-PR é ZERO real.

Em seguida, o Sindipetro Caxias se fez presente na II Jornada de luta pela Democracia, convocada pela Frente Brasil Popular, que caminhou mais de três quilômetros com milhares de pessoas desde a Justiça Federal de Curitiba até o Paço da Liberdade, onde recebeu o presidente Lula após seu depoimento ao juiz Sérgio Moro.



Caminhada ambiental na Reserva dos Petroleiros



O Sindipetro Caxias convida todos os Petroleiros da ativa, aposentados e pensionistas para participarem da Caminhada Ecológica, que acontecerá no próximo sábado, dia 23/09, às 9h, na Reserva de Tinguá.

O ônibus disponibilizado pelo Sindicato irá sair do Teatro Raul Cortez, na Praça do Pacificador, às 08h. O Sindicato orienta aos interessados a usarem tênis ou bota de caminhada, chapéu, filtro solar e repelente.

Confirme sua presença na secretaria do Sindipetro Caxias ou pelo telefone 21 3774-4083 / 3848-0362 / 3848-0468 / 2672-1623